

## Aclarar *Claridade*: controvérsias debatidas no calor da leitura dos seus nove números<sup>1</sup>

Simone Caputo Gomes<sup>i</sup>

*“Tínhamos de intervir! Mas, na óbvia impossibilidade de emprego de meios de acção directa, que opção nos restava?”*

Baltasar Lopes

O depoimento<sup>2</sup> de Baltasar Lopes, um dos mais prestigiados intelectuais caboverdianos e um dos fundadores da *Claridade: revista de arte e letras* (Mindelo, Ilha de São Vicente, 1936-1960), pode constituir um farol que guiará minhas reflexões sobre pontos de divergência constantemente citados, mas ainda não suficientemente discutidos no que diz respeito à importância do periódico para a trajetória da Literatura Cabo-verdiana como uma das mais ricas em temas, processos e estratégias no atual panorama internacional.

De pronto, a leitura minuciosa dos nove números da revista<sup>3</sup> faz-se necessária para dirimir equívocos que posso, inicialmente, elencar: uma chamada “claridosidade”, confundida com a produção da tríade fundadora<sup>4</sup>; uma suposta “claridosidade” confundida com evasão; um evasão atribuído a todos os claridosos, ilação gerada por equívocos simultâneos, provenientes de generalizações redutoras – tomar a totalidade dos autores pela singularidade e tomar toda a produção dos escritores ligados à *Claridade* por alguns textos da primeira geração.

Às apressadas deduções acima apontadas acrescento: acoplar *Claridade* à ilha de São Vicente, obliterando outras ilhas representadas ao longo dos nove números; não distinguir grupo de movimento (literário, social e/ou político); esquecer que a emigração é um fator estruturante da sociedade caboverdiana, dotada de vocação global desde a nascença, superpondo, para complicar o quadro, os conceitos de emigração e evasão.

Lançadas essas questões, continuemos a acompanhar o depoimento de Baltasar Lopes, retomando a passagem em epígrafe e caminhando com ele, destacando termos de conotação política:

Tínhamos de intervir! Mas, na óbvia impossibilidade de emprego de meios de acção directa, que opção nos restava? Também obviamente seria a imprensa a nossa arma. Todavia, para nós não existia em Cabo Verde imprensa no sentido jornalístico da palavra. Nestes termos, o caminho possível seria criarmos a imprensa, mediante a fundação de um jornal, que seria o nosso órgão de combate. (LOPES, 1986, p. XIII)

Em virtude da situação desastrosa que se vivia no arquipélago nos anos 1930, decorrente da crise econômica mundial e da política do Estado Novo, e como resultado de uma observação em sintonia com a população e preocupada com o bem-estar e o progresso do arquipélago, o imperativo da elite intelectual era de intervenção cívica, como explica Lopes:

Daqui, do nosso posto menor de observação, que era a cidade do Mindelo, nós do Grupo tomámos perfeitamente nota da situação geral. Por outro lado, estávamos em nítida posição contestatária perante a orientação política que subjazia à administração da, então, colónia de Cabo Verde, com o seu fascismo de importação e imitação e ignorava ou violava os mais elementares princípios que regem a vida do homem e do cidadão e salvaguardam a liberdade individual. Tal situação despertou toda a capacidade de militância, na medida do possível, do nosso pequeno grupo. (LOPES, 1986, p. XIII, grifos meus)

Dos extratos selecionados e seguindo a trilha dos grifos, afirmo que o “grupo” estava consciente de sua capacidade de intervenção estratégica (“na medida do possível”, “na óbvia impossibilidade de emprego de meios de acção directa”) em tempos de repressão e censura (“salazarismo fascistóide”, como ressaltava Baltasar em 1986). (LOPES, 1986, p. XV)

Diante da dificuldade de fundação de um jornal pelo vultuoso depósito prévio que o grupo teria que despender, a opção foi lançar uma revista de arte e letras “de uma eficácia menos direta do que um jornal periódico” (LOPES, 1986, p. XIII), mas que possibilitaria abordar vários temas e áreas que singularizassem a situação caboverdiana naquele momento histórico, propiciando reflexão sobre a terra, suas agonias e intempéries, os homens/mulheres e a situação social nas ilhas, seu patrimônio imaterial, a emigração (muitas vezes necessária) com perspectiva de regresso.

A feição neo-realista de algumas produções deste primeiro grupo, plena de afinidades históricas e políticas com a literatura de transição da primeira para a segunda etapa do Modernismo brasileiro, o descritivismo na poesia e na prosa, o telurismo centrado no binômio seca-chuva, a caboverdianização das categorias narrativas<sup>5</sup>, a intromissão da língua caboverdiana nos textos expressos majoritariamente em português, o ensaísmo com focos sobre a mestiçagem de raças, a hibridação de culturas, a língua<sup>6</sup>, as tradições e a estruturação da sociedade são alguns pontos-chave dos números da *Claridade* que repercutem nas obras individuais de intelectuais que neles deixaram a sua marca.

Baltasar Lopes, no depoimento exposto, reafirma a “militância” que “marcava já o programa e o conteúdo temático da revista”: “fincar os pés na terra”, que definia como “um debruçar ansioso e atento sobre os problemas vitais de Cabo Verde e as condições de vida de seu povo”, por meio de “inquéritos, pesquisas, ensaísmo”, desiderato que declara ter sido cumprido “numa mínima percentagem, infelizmente” (LOPES, 1986, p. XIV)

Para Lopes, tal “militância”, “expressa ou latente” nas páginas da revista, acabou por atribuir-lhe “uma importância e um papel de ordem não apenas literária mas também política” (LOPES, 1986, p. XIV), precursor de uma independência cultural que Baltasar já antevia, malgrado as acusações de o grupo “não ter assumido uma atitude mais concretamente combativa, mais polemicamente expressa” (LOPES, 1986, p. XIV).

Em entrevista conduzida por João Lopes Filho, Nhô Baltas destaca como “uma das mais urgentes motivações de *Claridade* (revista e grupo) o estudo da realidade

caboverdiana, com vista ao melhoramento económico e social da nossa gente, nomeadamente a que se situa nos níveis mais baixos de possibilidades”. (LOPES, 1956, p. 20). Na primeira palestra de Cabo Verde visto por Gilberto Freyre, acrescenta:

Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no *nosso problema*, isto é, no problema de Cabo Verde. Preocupava-nos sobretudo o processo de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde. (LOPES, 1956, p. 05)

Contrapõe, ademais, a respeito daquelas censuras recebidas, a “cândida e rotunda ignorância dos condicionamentos de então”... os “terríveis anos trinta” (LOPES, 1956, p. 05), de Mussolini, Hitler e Salazar, este comandando uma censura que não permitia falar de fome, nem de prostituição, nem “deixava passar qualquer vislumbre de autonomia de espírito, precursor, na sua óptica, de uma actuação virada para a independência das colónias” (LOPES, 1956, p. 05). O campo de concentração do Tarrafal é citado por Baltasar como ponto máximo de repressão e Aginaldo Brito Fonseca já o referia no número 7 de *Claridade*, no poema “Poeta e povo”.

Manuel Ferreira, em seu prefácio à edição cinquentenária da revista, de título “O fulgor e a esperança de uma nova idade” (FERREIRA, 1986, p. XIX-XCIX), argumenta, em consonância com as reflexões do autor de *Chiquinho*:

De resto, a bem dizer não há notícia quer da parte da velha-guarda quer das novas gerações de, pelo menos, até metade dos anos 30, alguém haver instilado o seu discurso de ideologemas de independência. E não admira porque, por toda a África, nessa altura, praticamente, não se punha a reivindicação independentista. [...] Só mais tarde, a partir dos anos 40, à medida que a II Guerra Mundial se generalizava cada vez mais, é que o sentimento de independência se conscientiza e torna imparável. (FERREIRA, 1986, p. LXXII)

Mote de nossa reflexão, o depoimento de Baltasar Lopes, consciente das limitações que o primeiro grupo claridoso enfrentava, não esquece e mesmo ressalta a importância da produção em verso dos nativistas, embora proponha encontrar na prosa de ficção e no ensaio etnológico meios mais afinados com o contexto cultural da década de 1930, marcada pelo neo-realismo do romance regionalista brasileiro e pelo “vigor telúrico” (FERREIRA, 1986, p. XV) de obras poéticas como a de Jorge de Lima, Manuel Bandeira e Ascenso Ferreira.

Manuel Ferreira, no prefácio a *Claridade*, sublinha o que chama de “salto qualitativo” do grupo fundador e, em especial, de Jorge Barbosa em seus livros *Arquipélago* (1935) e *Ambiente* (1941), quando redirecionam o foco da “cissiparidade pátrida” ou “instabilidade filial” (FERREIRA, 1986, p. XLIII-XLIV) dos nativistas para o conceito de ilha, terra-mãe (mátria) e, por extensão, arquipélago (que corresponderá posteriormente, à ideia de nação, sobretudo a partir da fundação do partido político).

Ressalta ainda Ferreira, nesse ‘salto qualitativo’, o deslocamento da expressão mítica para a “real e histórica” (FERREIRA, 1986, p. LXXIII); da retórica romântica para a realista (FERREIRA, 1986, p. LXXXII), a “rasura” da superpátria colonial ou “devoração pelo silêncio” das figuras lusas tutelares, assim como do que denomina “velho discurso” (FERREIRA, 1986, p. LXXXII). A assunção do Brasil como latitude

outra (mas com afinidades por ser ex-colônia e irmã<sup>7</sup> em problemas semelhantes) e como exemplo literário para a “moderna literatura caboverdiana”<sup>8</sup>, complementa essa estratégia que configura o “discurso oculto que se desenvolveu entre aqueles que haveriam de fundar a *Claridade*” (FERREIRA, 1986, p. XX).

Jorge Barbosa, sobre a “ressonância” (termo usado por LOPES, 1959, p.14) do exemplo brasileiro na literatura produzida pelo grupo fundador, ratifica: “O exemplo, repito-o, do ensaísta, do romancista e do poeta modernos brasileiros fez ecoar em nós, com a sua novidade, um ardor novo, e daí advieram novas ideias e a indicação de outros caminhos” (BARBOSA, 1953, p. 24). No estímulo e não na dependência fundava-se a relação entre *Claridade* e a literatura brasileira. E, como ex-colônia, com uma literatura singular e independente, o Brasil já não é representado como ponto de encontro com a unidade imperial num vértice triangular, perspectiva de José Lopes (FERREIRA, 1986, p. XXXVII-XXXVIII), mas na senda de Pedro Cardoso, como “ruptura na unidade imperial e, daí, paradigma histórico e político” (FERREIRA, 1986, p. XXXVIII).

Do discurso da ambiguidade presente na produção dos chamados nativistas<sup>9</sup>, *Claridade* transita para um “contradiscurso” inquieto, denunciante do isolamento do arquipélago (“pássaro fechado” que não se pode “soltar”, para Jorge Barbosa) (BARBOSA, “poema”, C.1, p.10), a caminho de uma nova retórica e um novo ideário estético. (BARBOSA, “poema”, C.1, p. LX) que equivalem àquele “salto qualitativo” aferido por Manuel Ferreira.

A confluência entre a sensação de clausura e pequenez associada às ilhas e a imagem do “vapor que não [me] quis levar” (poema *Écran* de Manuel Lopes, *Claridade* 1), contribui para, na medida em que se repete em produções de *Claridade* e *Certeza*, gerar como consequência uma percepção de evasão, tema alvo de ataques, sobretudo por intelectuais nacionalistas. Manuel Ferreira assim os contesta:

Hoje, vê-se melhor e conclui-se com facilidade que os ataques eram inconsistentes. A chamada ‘evasão textual’ da *Claridade* outra coisa não era do que o recurso inconsciente contra a reclusão sem esperança. Funcionava como um protesto contra as condições limitativas impostas pelo sistema colonial. (BARBOSA, “poema”, C.1, LXIV, grifos meus)

Desde a “Hora di bai” de Eugénio Tavares, na partida estava implícito o regresso (BARBOSA, “poema”, C.1, LXV). E cabe ainda uma ressalva: a evasão (processo mental em que a emoção ou a imaginação se deslocam do espaço físico) e a emigração (deslocamento do corpo para outro espaço geopolítico) não se confundem e Ferreira equaciona a matéria em seu artigo “O círculo do mar e o ‘terra-longismo’ em *Chiquinho* de Baltasar Lopes” (FERREIRA, 1972, p. 66-70).

A emigração, aspecto estruturante da sociedade caboverdiana, valorizado desde o jornalismo de Nhô Eugénio como “elemento poderoso, inigualado, do progresso de Cabo Verde” (TAVARES, “A emigração para América”, 1997, p. 163-165), é recorrente na poesia de Jorge Barbosa, que invoca, por exemplo, a histórica aventura da pesca da baleia e as viagens para a América (BARBOSA, “poema”, C. 1, p. 10). Essas alternativas, no seu “poema”, apresentam-se face à heroicidade do

anônimo caboverdiano, “sempre vergado sobre a terra/ [...] pobre/ingrata/querida (BARBOSA, “poema”, C. 1, p. 10) ou “terra-mártir” (FONSECA, Aguinaldo, “Momento”, C. 7, p.28).

E enfatizo que a palavra proibida pela censura colonial – FOME – destaca-se no “poema” de Jorge Barbosa com todas as letras. Aqui eu ousaria: como um heroísmo literário a desafiar a repressão, a associar a “tragédia sem eco”, desprovida da repercussão internacional que deveria merecer, à “revolta”, “nossa silenciosa revolta melancólica” (BARBOSA, “poema”, C1, p.10), reitera o poeta. Invocando o “Registo” (C.9, p. 83) de seu derradeiro número (dezembro de 1960), *Claridade* lembrava ao leitor: “nem todos podem compreender os heroísmos que se escondem debaixo de cada página”...

Virgínio Melo, neste número 9 da revista, expressa a sensação de um sujeito aprisionado num “horizonte fechado”, que lamenta: “todos os dias querer insubordinar-me/ E ter de me conter/ Desespero de não ir à rua/E gritar o que eu quero” (MELO, C. 9, p. 39-40). No número 8 (maio de 1958), Aguinaldo Fonseca antecipa um diálogo com Virgínio, adensando a carga política da revolta barbosiana e questionando – “Será que perdi a voz?” – para logo lançar seu “grito” lírico em meio à “angústia amordaçada” ou “secura calada na garganta”. (FONSECA, “Estiagem”, C. 8, p. 31).

Na mesma *Claridade* 8, Fonseca vocifera as palavras proibidas frente à “impermeabilidade” daqueles que não ouvem os gritos do povo: “Os meninos choraram fome/ o povo gritou sede” (FONSECA, poema “Impermeabilidade”, C8, p. 32, grifos meus). A morte por fome reaparece no texto “Herança” (PIRES, C.8, p. 35-36), de Virgílio Avelino Pires, neste número da revista.

“Crianças” (BARBOSA, C.8, 1958, p. 23-25), pungente poema de Jorge Barbosa publicado ainda no número 8, compara as notícias “sensacionais” sobre socorro urgente a crianças chinesas, argentinas, italianas, húngaras que sofriam diversos tipos de flagelo ao total descaso para “as crianças pobres/ do povo das [nossas] ilhas”, que trabalham duramente, “levando cargas à cabeça/ por caminhos longos e ásperos”: “um caso apenas/ sem importância nenhuma/ e ninguém sabe/ ninguém dá por isso”.

Assim, sobreviver, travando “uma luta de anos, de séculos”, “tenaz e feroz” no seu “triumfo cotidiano” de arar a terra adusta (LOPES, conto “As férias de Eduardinho”, C.7, p. 7), e sem apoio local ou internacional, constitui um heroísmo que poderia ser interpretado como estoico, qualificação que Jorge Barbosa coloca sob suspeita, considerando-se a “revolta” expressa nos números 1 e 8 de *Claridade*.

Àquele acrescenta-se outro tipo de heroísmo, sedento de aventura (cruzar mares na esperança de progresso e de posterior regresso), sempre como formas dinâmicas de trabalho, de ação, nunca apatia, como asseverava Manuel Lopes (LOPES, “Tomada de vista”, C.1, p. 5-6). Os poemas “Emigrante” e “Banquete” (BARBOSA, C. 6, p. 9-10 e 11), de Jorge Barbosa, enchem a “mala do emigrante” de “sonhos” e “poemas” entre a “roupa amarrotada”. Porém, admitem-na “esquecida [...] não sei em que parte do mundo”, ao “voltar para a pobreza da (nossa) terra”. Os “projetos de navegação” engastam no seu bojo, recorrentemente, o regresso ao útero da ilha. Em *Claridade* 4 (janeiro de 1947), no extrato do romance de Manuel Lopes que se chamaria *Terra viva*, “O Jamaica zarpou”, depois publicado como conto (1984), o apelo do chão das ilhas é intenso:

Lembrou-se do mané Quim, que ele conhecera há meses em Santo Antão. O cheiro da terra molhada chamou-o para dentro da sua ribeira. Voltou as costas ao mar. Maninho julgou nessa altura ter compreendido. Agora compreendia melhor. Ocorreu-lhe esta passagem de um livro de Somerset Maugham: “Achas tão pouca coisa o contentamento? Sabemos que de pouco vale a um homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma. Eu creio que achei a minha”. Assim falava um homem da terra... Um homem para quem o cheiro da terra molhada despertava as mesmas emoções que levaram Mané Quim a voltar as costas ao mar. (LOPES, C.4, p. 11)

Terêncio Anahory, no volume 8 (1958), expressa imagens semelhantes no poema “Depois da chuva” (ANAHORY, C.8, p. 33. Grifos meus): “dos olhos do catraeiro fugiu/ o sentido da evasão”. O “cheiro do milho”, os “corvos daninhos na sementeira”, o “pilão a bater”, o “cuscus fumegando”, os “trapiches rodando”, enfim, “as coisas lavadas” de chuva sinalizam abundância que dissipa o propósito de evadir-se, aprofundando o enraizamento à terra, pés nela fincados.

Em “Tomada de vista” (LOPES, C.1, p. 5-6), ensaio de Manuel Lopes significativamente norteador de uma leitura mais atenta – com pertinente disposição na revista ao lado do seu poema “Écran” –, o escritor adianta ao leitor quatro pontos relevantes para a interpretação da díade apatia-evasionismo<sup>10</sup>, esclarecedora do seu posterior protesto de que “chamar ao caboverdeano apático é lançar uma afirmação injusta” (LOPES, “Tomadas de vista”, C. 3, p. 9). Examinemos detidamente as passagens. Primeiramente, o MOTE:

Há quem suponha o povo caboverdeano um povo cuja ambição se limita à insuficiência geográfica da sua terra, vítimas voluntárias (gostasas) dum destino trágico: um povo sem inquietações, bastando-se a si mesmo, da precisa estatura do ambiente em que vive, possuindo, em conclusão, um sentido simplista da vida. (LOPES, C.1, p. 5, grifos meus)

A contestar o mote, três comentários lhe servirão de antiglosa: PRUDÊNCIA E EXPANSIONISMO, LIBERTAÇÃO MORAL, COMPROMISSO. Análise com o leitor, passo a passo, a argumentação. Primeiro passo, PRUDÊNCIA E EXPANSIONISMO:

Essa suposta sujeição voluntária dos filhos de Cabo Verde aos limites impostos pela sua terra, supondo nisso uma limitação de aspirações correspondente à insuficiência ambiente, é desmentida pela consciência que ele[s] tem[têm] dessa insuficiência, e sobretudo pela inquietação que caracteriza o seu fundo psicológico. (LOPES, C1, p. 5, grifos meus)

Lembro que, no poema “Écran”, a inquietação, especialmente frente à modernidade (“a beleza do século XX”), gera “gritos interiores” no sujeito lírico inserido na(s) ilha(s). Depreendo aqui, na imagem do “cavalo preso”, inquietação semelhante à de Jorge Barbosa quando representa o sujeito lírico circunscrito ao arquipélago como “pássaro fechado”, ansioso por se “soltar” (liberdade). Na capa do número 3 de *Claridade* (março de 1937), o “poema de quem ficou”, de Manuel Lopes, conecta num verso inquietação e revolta: “a grandeza/ da tua inquietação e das tuas revoltas” (LOPES, C.3, p. 1 – capa). Aguinaldo Fonseca (FONSECA, C.8, p. 31), no número 8 da revista, adiciona às imagens do “pássaro fechado” e do “cavalo preso”

a do “navio fantasma/ eternamente encalhado”, que metaforiza as “ilhas” a “encarcerar” gerações (“avô escravo”, “tu”, “eu”).

Quando se acusa os claridosos do primeiro grupo de “evasionistas” ou de se afastarem dos dramas de sua terra, o dilema partir-ficar, instaurador do chamado “terra-longismo”, proposto por Manuel Ferreira no artigo citado (1972) e entendido como “querer bipartido” por Pedro Corsino Azevedo (AZEVEDO, “Terra-longe”, C.4, p. 12), alia-se, no extrato LIBERTAÇÃO MORAL da “Tomada de vista” de Manuel Lopes, a uma constatação deveras relevante – a “*condição de colónia*” que cria nos cabo-verdianos “uma convicção segundo a qual a sua acção é limitada ou restringida” (LOPES, C.1, p. 5). Claro que, em sua réplica, Lopes pretende evitar que se confunda percepção com convicção.

Para completar a argumentação contestatária de Manuel Lopes à suposta tese da apatia evasionista, o COMPROMISSO caboverdiano é “nunca renunciar à terra”: à “obsessão de partir” *sobre*põe-se a “obsessão de voltar”. (LOPES, C.1, p. 5).

A estrutura circular do número 1 de *Claridade*, à luz de minha leitura, parece mimetizar a movimentação caboverdiana de partir-ficar: “cruzados os mares”, o corpo dos textos regressa às “Ilhas”, sendo “levado/ na onda alta de alguma estiagem”. O “poema” (BARBOSA, C.1, p. 10), de Jorge Barbosa, último texto deste volume, como o povo cabo-verdiano, volta à origem (à capa da revista), representada pelos “finaçom” da ilha de Santiago.

A partir da leitura redonda (como a “cabeça calva” da ilha ou o útero da terra) deste magnífico número inaugural publicado pelo Grupo Claridade, passo a percorrer as ilhas e suas tradições, contempladas nos nove volumes da revista, numa variedade que testemunha a heterogeneidade identitária de uma cultura que nasceu e se projeta na hibridação e na complexa necessidade de convivência. Ao examinar pausadamente os conteúdos abordados de 1936 a 1960, percebe-se a intenção dos sucessivos grupos<sup>11</sup> de dar a conhecer a riqueza da produção literária, ensaística e artística proveniente das várias ilhas e seu patrimônio imaterial. Realizemos juntos esse périplo pelo arquipélago.

No número inaugural, assomam (repicam) os batuques de Santiago, a diglossia<sup>12</sup> e o ensaio de João Lopes sobre os grupos culturais caboverdianos, Barlavento e Sotavento.

A ilha de São Vicente é representada na morna da capa do número 2 (agosto de 1936), “Vénus”, de B. Léza (Francisco Xavier da Cruz<sup>13</sup>), sucedida pelo conto “Um galo que cantou na baía...”, de Manuel Lopes, que tematiza as etapas da criação de uma morna com irrupção do “crioulo” literário no texto em língua portuguesa. As “notas” de Baltasar Lopes “para o estudo da linguagem das ilhas” remontam ao arquipélago e outras ilhas, como São Nicolau e Santo Antão, serão representadas por recolhas de contos populares (respectivamente, “O lobo e o Chibinho”, no número 2; “Um conto popular de Santo Antão” (Lúcio-e-Fé, C.4, p. 40), no número 4, e “Dois contos populares de Santo Antão” (In C.7, p.30, no número 7).

No volume 4, o ensaio de Baltasar Lopes “Uma experiência românica nos trópicos I” (In C.4, p. 15-22), com sua segunda parte no quinto número (In C.5, p. 1-10), teoriza sobre a mestiçagem e a hibridação linguística (“estudos dialectológicos do crioulo”,

segundo ele) nas regiões de colonização portuguesa, aproximando Cabo Verde e Brasil, tema que será reiterado por Jorge Barbosa no célebre poema “Carta para Manuel Bandeira” (BARBOSA, C.4, p. 25), o “irmão atlântico” do Rio de Janeiro. António Aurélio Gonçalves sucede esta seção de textos que evocam o Brasil lendo *Clarissa*, de Erico Veríssimo, em “notas sobre um estudo sobre a obra do romancista” (GONÇALVES, C.4, p. 26-36), ensaio que se aprofundará também numa segunda parte, no quinto volume (GONÇALVES, C. 5, p. 34-41).

A recorrência ao Brasil, simbolizando uma cultura-literatura irmã, persiste no número 8, cuja capa apresenta o poema “Saudade do Rio de Janeiro”, de Osvaldo Alcântara, e o corpo evoca a poesia de Manuel Bandeira e de Mário de Andrade, bem como a alegria do Carnaval no poema “Palavra profundamente” (BARBOSA, C.8, p. 26). Pasárgada, na ótica bandeiriana, será aqui referida, retomando o número 5 (setembro de 1947) da revista, em que Osvaldo Alcântara (Baltasar Lopes) glosa a imagem paradisíaca no poema “Há um homem estranho na multidão”. (ALCÂNTARA, C.4, p. 23 – no ciclo “Rapsódia da ponta-de-praia”).

Neste volume de *Clairidade*, a ilha do vulcão constituirá o centro do ensaio “A estrutura social da Ilha do Fogo em 1940” (SOUSA, C. 5, P. 42-43), de Henrique Teixeira de Sousa, complementado pelo seu estudo da evolução social da ilha no número 8, de título “Sobrados, lojas e funcos” (SOUSA, C. 8, p. 2-8) tema do conto “A família de Aniceto brasão” (SOUSA, C.9, p. 41-50 - Considerando antecipação do romance Ilhéu de Contenda).

S. Nicolau retorna à cena, no volume 6, no texto “Dona Mana”, de Baltasar Lopes (LOPES, C. 6, p. 2-8), e Santiago no texto etnográfico de Félix Monteiro (MONTEIRO, “Tabanca”, C. 6, p. 14-18) que examina detidamente a organização da Achada Grande e o conjunto de festejos característicos da tabanca primitiva; o estudo será ampliado no número 7 da revista (dezembro de 1949), ao associar lendas aos tambores da tabanca em tempos de fome (MONTEIRO, C.7, p. 19) e a rituais para amainar a “cólera dos santos”, deixando entrever, segundo o pesquisador, a procedência das crenças de culturas afronegras escravizadas trazidas para Cabo Verde e o sincretismo que manterão com a religião católica.

Voltando ao número 6 (julho de 1948), a língua caboverdiana assume plenamente o estatuto literário nos poemas de Gabriel Mariano “Galo bedjo” “Bida'l pobre” e “Casamento” (MARIANO, C. 6, p.p 35), originados nos batuques da ilha de Santiago, sucedidos por uma recolha de “Finaçom” (C. 6, p. 35). Dos poemas, traduzidos para a língua portuguesa em notas, sobressai o último, anônimo, que antecipa a ascensão social vertical do negro e do mulato na sociedade caboverdiana. Para bom entendedor, o futuro do branco-colono, habitante do sobrado (e considerado superior na hierarquia escravocrata) já está aí traçado, em linguagem jocosa. Acompanhem-me na leitura:

#### FINAÇOM

Branco ta mora na sobrado,  
Mulato ta mora na loja,  
Nêgo ta mora na funcho,  
Sancho ta mora na rotcha.

Ta bem um dia,  
Nhô Trasco Lambasco,  
Rosto frangido,

Rabo comprido,  
 Ta corrê com nego di funco,  
 Nego ta corre co mulato di loja,  
 Mulato co branco di sobrado,  
 Branco ta bá rotcha, el ta tomba...<sup>14</sup>

O número 7 da revista de arte e letras continuará a apresentar textos contundentes, com temas proibidos (como frisava Baltasar Lopes, em 1984) como a prostituição e o martírio no campo de concentração. Vale evocar “Poeta e povo”, poema de Aguinaldo Fonseca que conjuga repressão cruel e fome, denunciando situações-limite que assolavam o arquipélago sob o domínio colonial (“essa noite de punhais” (MARTINS, C. 8, p. 30), de “porões, roça, medos imediatos”<sup>15</sup>, nas visões de Ovídio Martins e Osvaldo Alcântara):

O povo gritou de fome.  
 Muitos ouviram mas ninguém chorou.

O povo caiu na lama.  
 Todos o souberam mas ninguém chorou.

O povo martirizado  
 morreu em campos de concentração.  
 Ninguém chorou.

Mas o poeta escreveu então  
 O melhor poema de todos os poemas.

A voz do poema não era a voz do poeta:  
 era a voz do povo,  
 O grito do povo, o choro do povo.

Os versos do poema choravam como o povo...  
 e o poeta, ao escrevê-los,  
 chorava também com eles. (FONSECA, C. 7, p. 28)

Essa fala do povo encontra eco, no sétimo volume da revista, nos poemas em língua caboverdiana de Gabriel Mariano (MARIANO, C. 7, p. 32) (“Dinheiro d’es mundo”) e de Mário Macedo Barbosa (BARBOSA, C. 7, p. 33) (“Caco-leco”), nas recolhas do *finaçom* de “Punôi Ramo” e do “Diálogo de Tchico Pina e Djími Gomi Di Barro no terreiro de batuque”, por Mariano (MARIANO, C. 7, p. 34), assim como do “Ciclo do Doutor Honório” com dois *finaçom* (C. 7, p. 35-36) e do “batuque de Tuta Cimbron” (C. 7, p. 37-38). Baltasar Lopes discorre ainda sobre “o folclore poético da Ilha de S. Tiago” (LOPES, C.7, p. 43-51), elucidando as origens, estrutura e motivos do batuque, além de classificar o ritual como herança africana. Apesar de apontar o protagonismo da ilha de Santiago com relação aos *finaçom*, ressalva que “certas sobrevivências nas ilhas de Barlavento tendem a mostrar que antigamente o batuque era cerimónia generalizada no arquipélago” (LOPES, C.7, p. 46).

Baltasar conclui, a partir dos poemas de Gabriel Mariano e Mário Macedo Barbosa citados, “a possibilidade de criação de uma poesia castiça, em dialecto” (LOPES, C.7, p. 50 – em língua caboverdiana) em que “o artista e o seu *chão* se encontram

em Cabo Verde numa linha tão ‘marginal’ – em dialecto”, repete. (LOPES, C.7, p. 50).

Ecos do poema de Aguinaldo Fonseca, “Poeta e povo”, são ouvidos aqui e reverberam no número 8, nos poemas de Jorge Pedro e de Onésimo Silveira, um em língua caboverdiana (PEDRO, C. 8, p. 67-69) e outro mesclando a língua mátria com a portuguesa<sup>16</sup>. No número 9, o conto “Beira do cais” (MELO, C. 9, p. 5-10), de (Teobaldo) Virgínio Melo, entremeia a língua caboverdiana no texto em português, ao tematizar a história de marinheiros e mulheres de Ponta do Sol, Santo Antão; e Sérgio Frusoni publica os poemas “Fonte de nha sodade” e “Tempe feliz” (FRUSONI, C. 9, p. 77-78), peças exemplares do “crioulo” literário de S. Vicente.

O ensaio de Félix Monteiro (MONTEIRO, C. 8, p. 9-22), no volume 8 de *Claridade*, vai focar a sobrevivência de tradições da África negra (na trilha do que Baltasar Lopes mapeou em Santiago), desta feita na ilha do Fogo, ao lado de vestígios da cavalaria medieval nas festas das Bandeiras, atestando o sincretismo resultante do processo de hibridação cultural no arquipélago.

O derradeiro número de *Claridade*, cuja capa de Abílio Duarte homenageia as mulheres caboverdianas, reitera o enfoque sobre o feminino no corpo do volume com textos em prosa de António Aurélio Gonçalves (“História do tempo antigo” – GONÇALVES, C.9, p. 2-5), de Virgínio Melo (“Beira do cais”, já citado), de Virgílio Pires (“Titina”<sup>17</sup> e “Noite”); com cantigas de Ana Procópio, “improvisadora” da ilha do Fogo, recolhidas e comentadas por Félix Monteiro (MONTEIRO, C. 9, p. 15-23); com poema de Jorge Pedro, em língua cabo-verdiana (“Cutchidêra lâ di fora”)<sup>18</sup>.

No número 9 desponha, ademais, a poesia de Corsino Fortes, publicada por incentivo de seu professor Baltasar Lopes, em seis poemas: “Girasol”, “Vendeta”, “Pecado original”. “Meio-dia”, “Paixão”, “Noite de S. Silvestre” – FORTES, C. 9, p. 24-30). Vale ressaltar que, já nessa produção inicial, Corsino imprime algumas linhas – diversas da identitária do “finçar os pés na terra” – precursoras de sua poesia posterior, publicada em *A cabeça calva de Deus* (2001) e *Sinos de silêncio: canções e haikais* (2015), que se debruçarão sobre o próprio poético (metapoética) e o amor, trilhas universais e estético-existenciais que nortearão uma poética caboverdiana contemporânea que se propõe como literatura-mundo.

A par da inovação anunciada pela poética de Corsino Fortes (sobretudo no campo do trabalho com a linguagem, nitidamente observável na obra *A cabeça calva de Deus*, e não olvidando a épica da construção utópica do país que fundamenta a estrutura da trilogia), persiste no número 9 da *Claridade* um canto de “Desesperança” (MARTINS, *Claridade* 9, p. 35) entoado por Ovídio Martins, de “olhos cheios de secas/ e de oceanos/ Cheios de mornas/ e de pouco milho”, em que “promessas viraram cansaço”. A oposição colonizador/ colonizado coloca-se explicitamente neste poema, aprofundando a senda aberta no “Finaçom” recolhido no número seis (C. 6, p. 35): “para vós as glórias do achamento/ Para nós os sonhos em ampulhetas”.

Finda esta viagem pelos nove números da revista *Claridade* (nove ilhas habitadas por poesia, conto, romance, ensaio literário e antropológico), firmo minha convicção sobre a suma importância da publicação na história da Literatura Caboverdiana e da

nação crioula, ao lançar, com os meios que eram possíveis aos sucessivos grupos de colaboradores, no momento histórico da existência (e resistência) do periódico, bases para uma discussão sobre a identidade cultural, os rumos da matéria, os heterogêneos e ricos caminhos para o desenvolvimento da literatura como arte.

#### NOTAS

1 Capítulo para o livro *Claridosidade*: edição crítica. ELÍSIO, Filinto; SOUTO, Márcia (org). Lisboa: Rosa de Porcelana, 2017, p. 135-152.

2 LOPES, «Depoimento». In: *Claridade – revista de arte e letras*, 1986, p. XIII. Consultamos duas edições dos 9 números de *Claridade*: a edição facsimilada publicada pelo jornal *Expresso das Ilhas* e Editora A Bela e o Monstro, com apoio do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, 2016, e a edição cinquentenária organizada por Manuel Ferreira, mas optamos por utilizar como *corpus* a edição de FERREIRA, comentada. A partir daqui, as notas referentes a esta edição referirão sobrenome do autor, título do texto publicado, número da revista (precedido por C., abreviatura de *Claridade*) e páginas do texto citado.

3 E não apenas de algumas obras consagradas do primeiro grupo de escritores que nela publicou, como se pode abstrair do estado da arte relativo à crítica da *Claridade*. Uma nota final do número 7 (1949, p. 52) já sinalizava certo alheamento do público com relação ao periódico: “se o tão desoladoramente desinteressado público do arquipélago permitir que esta revista tenha um mínimo de condições de vida e saúde”...

4 Jorge Barbosa, Baltasar Lopes, Manuel Lopes.

5 Tempo, espaço, personagens.

6 Na ocasião, por força da repressão colonial, chamada “dialeto crioulo”.

7 LOPES, Baltasar, 1956, p. 6. A afinidade identitária entre Cabo Verde e Brasil reside em “semelhanças profundas de estrutura social”.

8 Afirmação de OLIVEIRA, José Osório de. C. 2, 1936, p. 4. Ressalve-se: embora tomasse a excelência da nova literatura caboverdiana como indicativo da excelência da colonização portuguesa.

9 Partidário do mito arsinário ou hesperitano para identificação das ilhas de Cabo Verde, representação imperial camoniana.

10 Suposta apatia, poder-se-á adiante constatar.

11 Digo sucessivos grupos porque não considero *Claridade* uma escola ou movimento literário na sua acepção estrita, mas um compartilhamento de questões culturais e sociais, embora em meio a processos estéticos, tendências estilísticas e ideológicas heterogêneos, que funcionarão como abertura de caminhos, inclusive, a produções filiadas a periódicos concomitantes e, por vezes, de estratégia política diversa. O propósito de emancipação cultural é, portanto, um traço de união que pode considerar a revista propulsora de um “movimento” cultural, que não se confunde com movimento literário.

12 Convivência do então chamado “crioulo” com a língua portuguesa, com predominância social desta.

13 Compositor do Mindelo, introdutor, nas mornas, do “meio tom brasileiro”, referido por Osvaldo Alcântara no poema “A serenata”, C. 6, p. 21.

14 Branco mora no sobrado/mulato mora na loja/negro mora no funco/Sancho (macaco) mora na rocha. Virá um dia/Nhô Trasco Lambasco (macaco)/rosto franzido/rabo comprido/correrá com o negro do funco/ o negro correrá com o mulato da loja/o mulato com o branco do sobrado/ o branco irá para a rocha/irá tombar (precipitar-se dela). Cf. Henrique Teixeira de Sousa, “Sobrados, lojas e funcos”, estudo da evolução social da ilha do Fogo, C. 8, p. 2-8.

15 ALCÂNTARA, poemas “Romanceiro de São Tomé”, C. 8, p. 34-39, sobre a emigração forçada para S. Tomé.

16 SILVEIRA, “Saga”, C. 8, p. 67-69, em denúncia contra a decadência do Porto Grande do Mindelo e a miséria de S. Vicente.

17 PIRES, C. 9, "Titina", p. 10-12; "Noite", p. 12-15.

18 PEDRO, C. 9, p. 70-71, ilustrado por linóleo de Rogério Leitão.

## Referências

AAVV. *Clareza* – revista de arte e letras. 2. ed. facsimilada (Março 1936 – Dezembro 1960), Linda-a-Velha, ALAC, 1986.

AAVV. *Clareza* – revista de arte e letras. Praia: Jornal Expresso das Ilhas e Editora A Bela e o Monstro, apoio Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, 2016.

BARBOSA, Jorge. "Crónicas de S. Vicente". In: *Cabo Verde*. Praia, março 1953, p. 24.

FERREIRA, Manuel. "O fulgor e a esperança de uma nova idade". In: *Clareza* – revista de arte e letras. 2. ed. facsimilada (Março 1936 – Dezembro 1960). Linda-a-Velha: ALAC, 1986, p. XIX-XCIX.

\_\_\_\_\_. "O círculo do mar e o 'terra-longismo' em *Chiquinho* de Baltasar Lopes". In: *Revista Colóquio/Letras*. Notas e Comentários, n.º 5, Jan. 1972, p. 66-70.

FORTES, Corsino. *A cabeça calva de Deus*. Lisboa: Dom Quixote, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sinos de silêncio: canções e haikais*. Lisboa: Rosa de Porcelana, 2015.

GOMES, Simone Caputo. "Impactos e afinidades do conceito de 'ambiente' em textos literários cabo-verdianos e brasileiros: uma reflexão sobre a literatura na relação com a experiência traumática". In: GOMES, Simone Caputo; PEREIRA, Érica Antunes (org). *Via Atlântica*, Universidade de São Paulo, 22, 2012, p. 139-158.

GOMES, Simone Caputo. "Cabo Verde e Brasil: um amor pleno e correspondido". In: *Cabo Verde: literatura em chão de cultura*. Cotia-Praia: Ateliê Editorial/UNEMAT: Instituto Cabo-verdiano da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008. p. 111-124.

LOPES, Baltasar. "Conversando com Baltasar Lopes", entrevista a João Lopes Filho. In: *Ponto & vírgula*, Mindelo, novembro-dezembro 1984, 12, p. 20.

\_\_\_\_\_. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento*. Praia: Imprensa Nacional, Divisão de Propaganda, 1956.

LOPES, Manuel. *Galo cantou na baía e outros contos*. Porto: Edições 70, 1984.

\_\_\_\_\_. "Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana". In: *Colóquios cabo-verdianos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1959, p.14.

TAVARES, Eugénio. "A emigração para a América". In: TAVARES, Eugénio. *Pelos jornais...* Recolha, organização e prefácio de Félix Monteiro. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1997, p. 163-163.

<sup>i</sup> Simone Caputo Gomes é Doutora em Letras, Literaturas de Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Sênior de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Pós-Doutorados (5) realizados, respectivamente, nas Universidades Jean Piaget de Cabo Verde, de Aveiro, de Lisboa (2) e de Coimbra, nas áreas de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (em especial, Literatura Cabo-verdiana e História da Literatura Cabo-verdiana) e Poesia Portuguesa Contemporânea. Autora de *Cabo Verde – Literatura em chão de cultura* (2008), *Uma*

---

*recuperação de raiz: Cabo Verde na obra de Daniel Filipe (1993), além de coautora, organizadora ou autora de capítulos de livros como: Literatura e cultura de Cabo Verde: navegando pelas ilhas e pelo mundo (2021), Liberdade, sempre! (2020), Luis Romano: comentários literoverdianos 1960-2002 (2017), Claridosidade: edição crítica (2017), Cabo Verde – 100 poemas escolhidos (2016), Literatura Cabo-Verdiana: seleta de poesia e prosa em língua portuguesa (2015), Contravento, pedra-a-pedra: conferências do I Seminário Internacional de Estudos Cabo-verdianos (2015).*